

AS DINÂMICAS DA SEGURANÇA VENEZUELANA

Por Ricardo Pereira Cabral [1]

Resumo: este artigo apresenta, de forma sucinta, as principais dinâmicas de segurança externas Venezuela, as transformações nas Forças Armadas, o papel dos militares no regime chavista e sua importância no processo de integração regional e de construção de um sistema de segurança sul-americano.

Palavras-chave: América do Sul, Segurança Continental, Venezuela

Abstract: this paper presents, in summary form, the main external security dynamics Venezuela, the changes in the Armed Forces, the military's role in the Chavez regime and its importance in the process of regional integration and building a security system of South America.

Key-words: South America, Security Continental, Venezuela

Introdução

Em 1999, a ascensão de Hugo Chávez à presidência fez com que a Venezuela entrasse em um processo de profundas transformações sociais, econômicas e políticas, baseado no que ele chamou de socialismo do século XXI. Além disso, presenciamos o reordenamento geoestratégico, em um processo de “Refundación de la Patria” na política externa e nos padrões de segurança, que se caracterizavam pelo alinhamento aos Estados Unidos.

O governo bolivariano aderiu aos projetos de integração regional, liderados pelo Brasil, como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), afastou-se do modelo econômico liberal e implementou reformas de caráter nacional-desenvolvimentista.

Na área de segurança e defesa, repudiou os padrões de segurança multilateralizada e hemisférica, estabelecidas de acordo com os interesses e as diretrizes estratégicas estadunidenses para região, e implementadas pela Organização dos Estados Americanos (OEA), abraçando o Conselho de Defesa Sul-Americano e a concepção de segurança cooperativa.

No plano interno, a percepção da ameaça advinda das tentativas de desestabilização política de grupos opositores internos e a possibilidade de ser vítima de novo golpe de Estado ou de grupos armados apoiados por vizinhos e pelos Estados

Unidos, levou Chávez a promover uma profunda revisão estratégica, tática e doutrinária nas Forças Armadas Venezuelanas, além de extensa e abrangente modernização dos equipamentos militares e a criação de milícias, composta pelos ativistas e partidários do chavismos, destinadas a engajar militantes em uma guerra de resistência popular prolongada. O crescente antagonismo e rivalidade estabelecida com os Estados Unidos levaram o regime bolivariano a se aproximar de países que contestavam a liderança global estadunidense, como a Rússia, China e o Irã.

Com as rendas advindas do aumento dos preços do petróleo, Chávez buscou criar uma área de influencia própria na América Latina com a Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), reunindo pequenas nações caribenhas e países da América Central e do Sul, apresentando-a como um projeto integração de inspiração socialista aliado ao neodesenvolvimentismo brasileiro, alternativo a visão liberal presente nas iniciativas da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e Trans-Pacific Partnership (TPP) promovido pelos estadunidenses.

Além disso, Chávez arregimentou seguidores e transformou as FFAA venezuelanas em um instrumento do governo. Nesse sentido podemos identificar duas fases: a primeira, que vai de 1999 a 2005, com a série de reformas constitucionais e da Lei Orgânica da Força Armada Nacional Bolivariana, e a criação da Milícia Nacional Bolivariana, sem um marco legal constituído; a segunda etapa se deu com a nova Lei Orgânica da Força Armada Nacional Bolivariana.

Os militares foram cooptados com valorização profissional, aumentos salariais, melhoramentos significativos nos serviços sociais estendidos as suas famílias, cargos governamentais, participação ativa no planejamento e implementação dos programas governamentais, compra de armas modernas, pregação patriótica e nacionalista. Além disso, o regime bolivariano promoveu uma série de depurações nos quadros militares alijando opositores e promovendo aos principais postos de comando, simpatizantes e aderentes convictos ou não. Na atual conjuntura, após a morte do Comandante, o governo foi fragilizado por uma vitória por uma estreita (e questionável) margem de votos se volta para os militares em busca de legitimidade, apoio político e sustentação.

Características Geográficas

A Venezuela está localizada no norte da América do Sul e ocupa a maior parte da América do Sul/Caribe. O país faz parte do Hemisfério Norte, sendo que seu limite sul é muito próximo à linha do Equador. O seu território continental é composto por uma massa de terra que se estende de leste a oeste e que se alonga em direção ao sul. Além disso, seu território compreende um conjunto de ilhas no Mar do Caribe e no Oceano Atlântico. No Mar do Caribe a costa tem uma extensão de 2.718 km de, enquanto que no Oceano Atlântico é de 556 km, com um mar territorial de 860 mil km². O território venezuelano é compacto, na forma aproximada de um triângulo com a ponta voltada para o sul, com uma distância máxima de 1.493 km de leste a oeste, e 1,271 km sentido norte-sul, o que facilita a integração, pois nos extremos estão os Andes e o Escudo das Guianas, entre ambas, próxima ao litoral, a Cordilheira da Costa, com três grandes depressões Lago de Maracaibo a oeste, a depressão Unare na área central do Nordeste e a leste o delta do Orinoco de planície pantanosa. No centro temos uma grande planície dominada pelos afluentes do Orinoco. No interior do território predomina a selva tropical e equatorial, mas nas regiões montanhosas a altitude altera o clima que varia de frio seco ou úmido, desértico, e a floresta tropical úmida e de altitude. Próximo ao litoral, encontramos clima e mata tropical, e no Escudo das Guianas encontramos cerrados. A linha costeira atinge o Mar do Caribe de um litoral de 2.183 km de comprimento, a partir do promontório de Castilletes Paria. É irregular e é composto por inúmeros golfos e baías, entre os quais os golfos de Venezuela, Triste, Paria e Cariaco, além de mais de 314 ilhas, ilhotas e ilhéus de que compõe o território venezuelano. O mar territorial é limitado por diversos Estados-ilha, como Trinidad-Tobago, Arruba, Antilhas Holandesas, Granada etc. e se estende para o norte até a ilha de Aves.

A Venezuela disputa com a Guiana um território, denominado pelo governo venezuelano como Guiana Esequiba, que tem 152.500 km² e uma área costeira de 1.008 km. A origem do conflito vem do século XIX com a ocupação do território venezuelano por colonos britânicos, a questão está em aberto.

A Venezuela e o Complexo Regional de Segurança Sul-Americano

As Américas não constituem um único Conselho Regional de Segurança (CRS), apesar de apresentarem alguns problemas de segurança comuns, das várias tentativas de integração regional e das políticas niveladoras dos Estados Unidos para todo o continente. O CRS América do Norte e o CRS sul-americano apresentam diferentes dinâmicas de segurança e as várias conexões existentes exibem um alto grau de assimetria com relação à percepção de ameaças e as questões de defesa. Temos ainda o sub-complexo da América Central e o proto-complexo das Antilhas que são regiões de transbordamento das dinâmicas dos dois principais CRS, mas que estão mais fortemente influenciados pelos CRS América Norte. Todo o CRS das Américas está sob forte influência estadunidense, que hegemoniza o continente americano e são os principais responsáveis pelas dinâmicas de securitização.

No caso da América do Sul a imensa capacidade de projeção de poder dos Estados Unidos torna este CRS um caso clássico de uma superpotência colidindo com uma potência regional sem as mesmas capacidades, no caso, o Brasil. A estratégia estadunidense é apoiar determinados atores no continente de modo a manter uma posição favorável aos seus interesses no CRS AS, sem desautorizar iniciativas de outros Estados que contribuam para a estabilidade regional, mas também sem apoiar aqueles que por quaisquer motivos reduzam sua influência sobre a região, como por exemplo, a UNASUL ou um MERCOSUL ampliado que incorpore toda o continente sul-americano.

A América do Sul apenas eventualmente e em alguns momentos da contemporaneidade tem sido uma fonte de preocupação em termos de segurança para a potência hegemônica. As dinâmicas de segurança do continente são principalmente regionais, se concentrando basicamente em disputas fronteiriças, crimes transnacionais, em especial o narcotráfico, além disso, os Estados apresentam um baixo nível de rivalidade e as disputas tendem a serem encaminhadas para a busca de solução negociada das controvérsias.

Em que pese a grande influência e o eventual envolvimento estadunidense nos problemas regionais de segurança, como o combate ao narcotráfico na Colômbia, a região não têm grande problemas na área da defesa, daí a baixa prioridade conferida aos assuntos de segurança e os modestos orçamentos militares dos países sul-americanos.

Segundo Buzan e Wæver, a América do Sul forma um CRS multipolar com duas sub-regiões o Cone Sul e os Andes, na verdade são dois sub-complexos, com algumas características distintas e diferenciadas em vários aspectos. Tal fato não justifica englobar as Américas em um único CRS ainda que, eventualmente, possam ocorrer alguns efeitos de transbordamento de segurança na América do Norte, como o narcotráfico ou outros crimes transnacionais, mas a maioria dos problemas que perturbam o Canadá tem uma relevância menor para o Brasil e vice-versa (BUZAN E WAEVER, 2003: p. 263-7).

No entanto, não podemos concordar com esta divisão da CRS América do Sul em dois subcomplexos, pois as preocupações de segurança são muito semelhantes em todo o continente sul-americano e estão bastante interligadas apesar da distância física. Ao nível dos Estados as dinâmicas de segurança formam díades e triângulos interconectados. As disputas do tipo tradicional tem gradualmente diminuído de intensidade e apesar da existência de transbordamentos transnacionais significativos atravessando as fronteiras, as ações de cooperação tem avançado devido à percepção de ação coordenada para a sua solução, como exemplo podemos citar as Operações Ágata desenvolvidas pelo Brasil com o apoio e a colaboração dos países vizinhos, também interessados no combate a uma série de ilícitos que ocorrem nas vastas e muitas das vezes esparçamente ocupada regiões fronteiriças.

Outro aspecto são os projetos da Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Sul-Americana (IIRSA), da integração das cadeias produtivas e das regiões menos desenvolvidas do continente, que contribuem para aumentar a confiança e estimular a cooperação.

Para Buzan e Wæver, a América do Sul seria uma anomalia subconflitual devido a poucas guerras interestatais ocorridas historicamente na região. Assim, o CRS sul-americano se caracteriza, em termos de segurança, por tensões sociais domésticas, instabilidade política, rivalidades regionais, transbordamentos transnacionais eventuais e um irregular intervencionismo dos estadunidenses.

As estruturas institucionais de segurança e defesa das Américas, como a OEA e até mesmo o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), têm servido a objetivos bem específicos, tais como legitimar as intervenções estadunidenses na região;

para que determinados países da América do Sul recebam apoio para suas demandas e tentar reduzir as assimetrias em relação aos principais poderes regionais mediante o apoio norte-americano, ou seja, tem muito pouca funcionalidade na articulação de soluções para a segurança e a defesa regional.

No que se referem às rivalidades, foram raras as ocasiões em que ocorreram conflitos armados e esses foram de baixa intensidade. Além disso, constatamos o papel de moderador do Brasil na região, atuando para a manutenção da estabilidade, apoiando o surgimento de instituições regionais que limitem o nível de conflitividade e estabelecendo uma agenda que priorize a paz e o desenvolvimento socioeconômico.

Segundo Buzan & Wæver, os conflitos na América do Sul não possuem um padrão ou uma questão comum que poderiam levar a se articularem para a solução, mas mesmo assim configuram um CRS moderadamente integrado. Como já abordado, esses autores consideram que o CRS sul-americano, possui dois subcomplexos, um ao norte composto pelos países andinos (Peru, Equador Colômbia e Venezuela) e as Guianas, outro no Cone Sul englobando Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (o Mercosul), o Chile e a Bolívia. No subcomplexo Andino as rivalidades não se resolvem e as questões relativas ao narcotráfico potencializam a instabilidade, no subcomplexo do Cone Sul existe a tendência a se constituir uma comunidade de segurança. Na visão desses autores Bolívia, Equador, Paraguai e o Uruguai atuam como Estados-tampão entre as principais potências regionais, atenuando as disputas e rivalidades, ainda que o Equador tenha sido alvo de disputas fronteiriças com o Peru.

Segundo os autores, a coesão sul-americana depende de uma ação conjunta e coordenada no nível regional, pelos Estados, e que inclui a possibilidade da criação de uma Organização Regional, com peso no sistema internacional, bem esse passo foi dado com a Unasul. As ideias “unificam” a região, mas interesses e ações permanecem fragmentados, em grande parte devido às assimetrias e a força dos nacionalismos[2].

No entanto, existem possibilidades de estabilidade conjunta baseada em uma arquitetura institucional multilateral e multidimensional. Na perspectiva de coesão sul-americana, verifica-se o aprofundamento do processo de integração regional, ancorado no MERCOSUL, na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e na UNASUL. Nesse sentido, a adesão da Venezuela ao

MERCOSUL, e um possível ingresso do Equador ao blobo, impulsionariam o desenvolvimento regional e fortaleceriam os vários esquemas de cooperação e o aumento da confiança na perspectiva da segurança e da defesa.

O continente apresenta, na configuração apresentada por Buzan & Wæver, Estados-tampão, no subcomplexo andino, o Equador exerceria a função separar a Colômbia e o Peru, já a Bolívia funcionaria como ligação entre os complexos andino e platino. Paraguai e o Uruguai são Estados-tampão entre a Argentina e o Brasil, seus territórios foram palco de disputas entre as duas potências do sul, a solução de compromisso levou a manutenção da independência desses dois países.

Em que pese às especificidades locais, as diversidades regionais e as rivalidades entre os Estados, esta divisão do CRS Sul-Americano em dois subcomplexos defendida por Buzan & Wæver está em concordância com o que o pensamento estratégico estadunidense que incluem a Venezuela e a Colômbia em seu perímetro de defesa hemisférico. Observe que a defesa do Canal do Panamá, garantindo o suprimento de petróleo e outras matérias-primas, ao mesmo tempo, que integra os dois Estados ao perímetro de segurança do território continental estadunidense. A consequência é que tal estratégia de segurança reduz o compromisso com a defesa sul-americana a Colômbia e Venezuela, historicamente, aliados fiéis de Washington, além de abrir um flanco na defesa continental e a possibilidade para intervenções unilaterais estadunidenses sob a justificativa de defesa de seu território nacional.

O período do pós Guerra-Fria na América do Sul, para Buzan & Wæver, se inicia antes da queda do muro de Berlim (1989), com os processos de redemocratização, a redução da influência dos militares no sistema político e a implementação de políticas de cunho neoliberal com internacionalização das economias e reestruturação do Estado. As questões de segurança interna se exacerbaram por conta do fim das ditaduras e com o acréscimo das demandas dos povos indígenas, a nova agenda de segurança e as reivindicações de caráter socioeconômico fruto de um longo período de repressão, das políticas econômicas neoliberais, a concentração de renda e o baixo ritmo de crescimento. Neste cenário ocorreram manifestações populares como o Caracazo, em 1989 na Venezuela (BUZAN E WÆVER, 2003: p. 320-1).

O subcomplexo do Cone Sul passa por transformações que podem resultar na formação de uma comunidade de segurança. Estas dizem respeito à aproximação entre o Brasil e a Argentina com a formação do MERCOSUL e com a resolução de questões fronteiriças. Destacamos a possibilidade de ampliação do bloco, integrando quase toda a América do Sul, a partir da incorporação de membros ou da totalidade da Comunidade Andina. Buzan e Waeber afirmam que o MERCOSUL foi lançado sob dois argumentos de segurança, de um lado, para evitar marginalização no processo de regionalização e mundialização, e, de outro, como forma de defesa da democracia. Tais aspectos reforçam a vinculação entre a integração regional, institucionalização e segurança coletiva como bases para a estabilidade política e o desenvolvimento socioeconômico (BUZAN E WÆVER, 2003: p. 322-7).

Na atual conjuntura verificamos que a adesão da Venezuela ao bloco comercial do sul pode provocar transformações nas dinâmicas de segurança no seu entorno no sentido de superação, por intermédio da cooperação, dos principais problemas de segurança, como o narcotráfico e de outros ilícitos transfronteiriços.

No subcomplexo Andino prevalecem os conflitos advindos da formação e consolidação dos Estados, com algumas mudanças, como por exemplo: a questão das drogas na Colômbia, Peru e na Bolívia, entre outros periféricos da região, que são objeto de intervenções estadunidenses por intermédio de todo tipo de “assessores”, agentes da Drug Enforcement Administration (DEA) e de outras agências etc. A Colômbia é ainda um país dividido entre o Estado e grupos armados ligados ao tráfico de drogas, em processo de pacificação interna a ser consolidado. O Plano Colômbia, a instalação de bases militares, a reativação da 4ª Frota e o aumento da presença militar e de agentes estadunidenses só fizeram aumentar o nível de desconfiança e as dúvidas na região em relação às intenções dos Estados Unidos. Sendo assim, o subcomplexo andino se caracteriza por uma dinâmica de segurança entre o nível interno e o externo com transbordamentos em todo o CRS Américas, pela fragmentação dos interesses com poucas possibilidades de integração (BUZAN E WÆVER, 2003: p. 333-9).

O subcomplexo Andino apresenta ainda problemas de integração das comunidades indígenas, de concentração de renda, das limitações econômicas, da fragilidade institucional, política e administrativa (que dificulta o processo de integração regional) e da questão das drogas (plantio, manufatura e distribuição) que provocam

instabilidades internas que se estendem a todo o continente, como, por exemplo, o tráfico, o desmatamento, a imigração ilegal e outros tipos de ilícitos que exigem ações coordenadas entre todos os Estados sul-americanos.

Na atual conjuntura, verificamos a superação do ambiente de conflito e rivalidade que existia entre Venezuela e a Colômbia, governada a época por Álvaro Uribe. A volta da normalidade no relacionamento entre esses dois Estados é muito importante, tendo em vista que a Venezuela é fundamental ao projeto de integração regional devido ao seu peso político e as potencialidades econômicas. Outro ponto são as intervenções, ainda que irregulares, dos estadunidenses que contribuem para criar tensões e amplificar rivalidades sem resolver efetivamente o que se propõe.

Na América do Sul, em que pese à assimetria entre os países, Estados Unidos e Brasil competem com esquemas de integração multidimensional concorrentes e nas tentativas de limitar/restringir a influência de potência externas sobre os outros Estados do continente. No entanto, o envolvimento militar norte-americano na Colômbia, Chile, Paraguai e Peru, desempenha um papel fundamental no sistema de segurança da América do Sul. Além disso, a US Navy é essencial para a defesa das rotas marítimas do Atlântico Sul dada a fragilidade das marinhas regionais.

Buzan e Wæver apontam para a centralidade do Brasil no processo de integração multidimensional do CRS Sul-Americano, com atenção nas questões de fronteira na Amazônia e do narcotráfico, em especial na Colômbia, e apontam para a possibilidade do Mercosul se expandir para o norte, como se está configurando. A relação do continente com os Estados Unidos é marcada pelas tentativas de resolução das questões relativas ao desenvolvimento e a segurança regional.

No entanto, a dificuldade de se chegar a consensos que atendam aos interesses dos países mais significativos podem reforçar as possibilidades de arranjos de integração regional e de segurança coletiva, restritos a América do Sul, em detrimento do TIAR e até mesmo da OEA, como já aconteceu com a ALCA.

Marco Cepik destaca que os CRS existem independentemente da importância do regionalismo como política de um Estado ou da auto-identidade regional de um conjunto deles. Os processos mais relevantes e interessantes para serem analisados são justamente as tentativas de transformação – normalmente lideradas por grandes

potências ou potências regionais – na direção da formação de CRS Centrados em torno de uma potência ou de um conjunto de instituições (CEPIK, 2005).

É a partir dessa abordagem que o projeto brasileiro para a América do Sul se orienta no sentido de promover a integração regional, em várias dimensões, a saber: do fortalecimento e o aprofundamento da institucionalização do Mercosul; da ampliação das parcerias regionais, com a incorporação da Comunidade Andina de Nações; com a implantação dos projetos de integração da infraestrutura (energia, transporte etc.) e de desenvolvimento econômico; e finalmente superando algumas dificuldades históricas a criação de um organismo de defesa exclusivamente sul-americano.

Nesse sentido, a aliança entre Argentina, Brasil e Venezuela constitui a base e os polos dinâmicos do processo de integração regional sul-americano, de caráter multidimensional, inclusivo, representando uma alternativa nacional-desenvolvimentista ao modelo liberal estadunidense.

Em nosso entendimento, a UNASUL e o Conselho Defesa Sul-Americano são peças fundamentais para a constituição de um complexo regional de segurança centrado. Neste novo modelo é fundamental pôr em perspectiva os valores e as escolhas da sociedade à qual se pertence a fim de possa colaborar para uma verdadeira integração regional, buscando pontos de convergências nas políticas de defesa dos seus integrantes a fim de que o órgão coordenador das defesas regionais contribua não só para dissuadir futuras ameaças e o desenvolvimento técnico-operacional das Forças Armadas, mas também para promover a integração sócio-econômica dos Estados da região em esquemas multidimensionais e abrangentes.

Geopolítica do petróleo venezuelana

A Venezuela possui a maior reserva comprovada de petróleo mundial – com aproximadamente 296,5 bilhões de barris. O país é o 6º no posto de produtor de petróleo, o que lhe confere um peso importante no cenário geopolítico. Atualmente, a Venezuela é exportadora de três milhões de barris de petróleo por dia, algo disputado pelas economias industrializadas, entre as quais os Estados Unidos (CARRANO, 2013).

O petróleo é explorado na Venezuela desde 1920. Dois anos depois o país tornou-se um exportador de petróleo, sendo o produto responsável por 75% das exportações, dependente desses recursos, o país não conseguiu construir um parque industrial grande ou diversificado. Durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945) o país forneceu cerca de 60% das necessidades de petróleo dos aliados. A partir de então, os Estados Unidos foram o seu principal mercado de exportação e o principal fornecedor de produtos industrializados.

A Venezuela é fundadora da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP). A entrada na organização levou a primeira grande reforma do setor, com a nacionalização da produção em 1976. No entanto, menos de duas décadas depois o país abriu novamente a produção e a exploração de petróleo ao capital externo e novas licitações foram realizadas.

Em 1999, com a Hugo Chávez na presidência, tem início um processo de reformas estruturais a fim de que o Estado e as populações mais carentes auferissem das rendas obtidas com o petróleo. O governo bolivariano promoveu uma série de reformas no setor de petróleo, visando aumentar seu controle sobre o setor: incorporou ao texto da nova constituição um artigo proíbe a privatização da companhia estatal Petróleo de Venezuela S.A (PDVSA) e realizou uma profunda reestruturação da empresa a fim de desalojar a burocracia, os sindicatos e setores socioeconômicos que se beneficiavam das rendas da maior parte das rendas da estatal.

Essas medidas foram fundamentais para golpe contra Chávez em abril de 2002 e para a greve dos petroleiros entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003, que só foram vencidos com a ajuda do governo brasileiro. Após a superação dessa crise, foi criado o Fundo para o Desenvolvimento Econômico e Social do País (FONDESPA), diretamente ligado às rendas da PDVSA.

Em 2005, foi realizada uma nova reforma que estipulou que o preço do barril do petróleo para fins de arrecadação estatal era de US\$ 26. Os recursos coletados são destinados à PDVSA, para suas despesas e investimentos. O valor arrecadado pelo barril de petróleo que ultrapassasse os US\$ 26 foi direcionado para o FONDESPA e para o Fundo Nacional do Desenvolvimento, o FONDEM, que objetivam melhorar a

distribuição de renda, ampliar a infraestrutura e diversificar e modernizar a economia (BÉRGAMO, 2012).

As rendas oriundas do petróleo permitiram ao governo Chávez uma série de ações: implementar um amplo programa de modernização das Forças Armadas que se tornaram um dos principais pontos de apoio do chavismo; utilizar o fornecimento de petróleo bruto, gasolina, diesel, gás e outros derivados para aumentar a influência venezuelana na região da América Central, Caribe e América do Sul; realizar investimentos em assessoria técnica, instalação de refinarias, exploração de petróleo etc.; financiar políticos, grupos de esquerda (armados ou não) em países considerados estratégicos para o chavismo e para se comprar alianças.

Disputas Fronteiriças

O país tem disputas em relação a limites fronteiriços em duas regiões situadas ao oeste e no leste que podem levar a conflitos armados

Golfo de Venezuela

No oeste, com a Colômbia a questão sobre o Golfo de Venezuela, que remonta a dissolução da Grã-Colômbia, foi alimentada pela descoberta de gás e petróleo na região. Em 1987, uma corveta colombiana entrou nas águas disputadas pelos países, mas consideradas como território venezuelano, que desdobrou suas forças para repelir uma provável invasão. A Colômbia também se mobilizou e a possibilidade de um conflito aumentou consideravelmente. Na iminência de uma guerra, João Baena Soares, diplomata brasileiro e secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) e o presidente argentino Raúl Alfonsín solicitaram que o governo colombiano retirassem a corveta, com o pedido atendido, a crise arrefeceu. Em 2007, as negociações entre os dois países foram retomadas, mas sem avanços e até então não foram reiniciadas.

Guiana Essequibo

No leste, a Venezuela também reclama o retorno da Guiana Essequibo ao seu território, alegando que os britânicos a ocuparam de forma ilegal. Em 1899, uma comissão de arbitragem solicitada pelos venezuelanos deu ganho de causa aos britânicos. Os venezuelanos não aceitaram a decisão, já que não estavam presentes na negociação, visto que os estadunidenses os representaram. Em 1966, por ocasião da

independência da Guiana, a Venezuela reiterou o seu pleito, que derivou na assinatura do Acordo de Genebra, a fim de se encaminhar a solução da questão, classificando a região como Zona em Litígio. Em 1970, foi assinado o Protocolo de Porto Espanha, em que se decidiu por um prazo de doze anos para se chegar a um acordo que resolvesse a questão sobre a reivindicação da soberania sobre o território a oeste do rio Essequibo.

Em 1982, a Venezuela recusou a renovação dos termos do protocolo e solicitou negociações bilaterais recusadas pela Guiana, nestes anos as tensões aumentaram e ambos os estados se prepararam para uma guerra. Em 1983 o problema foi levado ao Secretário-Geral da ONU que até o momento não apresentou uma solução. Nos anos seguintes a tensão diminuiu e com Chávez que voltou a buscar uma solução diplomática.

Em 2007, os guianeses acusaram a violação de seu território em disputa por militares venezuelanos na região do rio Cuyuni. Os venezuelanos alegaram que estavam combatendo campos de exploração de minerais clandestinos e que a ação se deu no território venezuelano, com a retirada dos soldados e as devidas explicações o episódio foi superado.

No âmbito sul-americano, as negociações bilaterais estão suspensas, já que o governo Chávez priorizou a integração regional deixando o assunto de lado. É importante ressaltar que ambos os países não procuraram a UNASUL ou o Conselho de Segurança Sul-Americano para a retomada de negociações. Em 2011, a Guiana resolveu fazer modificações unilaterais nos limites de seu mar territorial e zona de exploração exclusiva a fim de explorar petróleo e gás, tais modificações afetam diretamente o mar territorial venezuelano além da área já em contencioso.

No de 2013, após o falecimento de Chávez, as negociações em relação a esta área não foram retomadas, mas estão na pauta da chancelaria esperando o melhor momento para a retomada das conversações. A intransigência guianense em se negar a abrir negociações e as recentes medidas unilaterais da Guiana podem se tornar complicadores e suscitar reações do ainda contestado governo de Nicolás Maduro.

Rivalidade Chávez-Uribe

Em 2008, a rivalidade ideológica entre Álvaro Uribe, presidente da Colômbia, e Hugo Chávez aumentaram com a intervenção venezuelana no conflito interno colombiano pela mediação na negociação para libertação de prisioneiros pelas Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC) e acusações do governo colombiano de que guerrilheiros das FARC e do Exército de Libertação Nacional (ELN) utilizavam o território do país vizinho, com autorização de Chávez, como área de homizio, além de receberem apoio médico, transporte e recursos diversos (financiamento, armas, munições etc.).

A situação se deteriorou ainda mais com um ataque aéreo seguido de ação de comandos colombianos contra um acampamento das FARC, chefiado por Raúl Reyes, o número dois na hierarquia do grupo, no território equatoriano. Chávez suspendeu as relações diplomáticas e comerciais decretando um embargo aos produtos colombianos, o tráfego na fronteira, colocou as Forças Armadas em alerta máximo e deslocou tropas para a fronteira a fim prevenir que os colombianos realizassem o mesmo tipo de operação em seu território e em apoio aos equatorianos. A crise só foi superada com a mediação da Unasul e da OEA, mas o mal-estar entre os governos só foi superado com a posse do novo presidente colombiano Juan Manuel Santos.

Em 2009, Colômbia e Estados Unidos renovaram o acordo de cooperação em que permitiram a utilização de sete bases militares em território colombiano, a saber: Apiay, Bahia Malaga, Cartagena, Larandia, Malambo, Palanquero e Tolemaida[3]. Além da autorização da presença de cerca de tropa de 1400 homens. Essas bases se juntariam as bases expedicionárias de Arruba e Antígua, mas tem limitações, com as bases colombianas, os estadunidenses aumentariam a presença na região e a capacidade de desdobrar forças rapidamente em todo o continente sul-americano. O acordo provocou protestos de vários países sul-americanos e os colombianos tiveram que dar garantias "com base nos princípios de respeito total da igualdade soberana, integridade territorial e não-intervenção nos assuntos internos dos outros Estados". Detalhe muito importante: o governo estadunidense não se manifestou a respeito, nem deu maiores explicações[4].

A reativação da IV Frota (2008), juntamente com o acesso as novas bases, fruto do acordo com os colombianos, aumentaram a presença militar estadunidense no Atlântico Sul e na América do Sul. Tal fato desagradou aos países da região e provocou apreensão, diante da possibilidade (improvável) da volta de intervenções unilaterais estadunidenses. Além disso, a presença militar estadunidense se encontra relativamente próxima as nascentes dos rios amazônicos e da região do pantanal, do aquífero guarani[5], na região da Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai que se especula a presença de terroristas de grupos radicais islâmicos e das principais reservas de petróleo e gás (Colômbia, Venezuela, Equador, Peru e Bolívia) do continente.

Projeções Geopolíticas

Em termos geopolíticos a Venezuela tem como eixos de projeção a fachada Atlântica, o mar do Caribe, Andina e Amazônica, que lhe permite escoar produtos da sua área central para o exterior ou o interior da América do Sul. Para cada uma delas Chávez traçou geoestratégias, centradas na cooperação multidimensional (infraestrutura, segurança das fronteiras, no apoio ao desenvolvimento, parcerias em projetos diversos etc.), integração regional, a criação de um novo dispositivo de segurança continental multilateral, a construção e consolidação das instituições regionais.

Uma das maiores preocupações geopolíticas venezuelanas é a ocupação e a integração do interior, em especial da área amazônica ao ecúmeno estatal. Para tanto foram firmados acordos de cooperação técnica e de financiamento de projetos comuns na área energética, agricultura, exploração sustentável dos recursos amazônicos com o Brasil e mais recentemente com a Colômbia.

No processo de integração regional a Venezuela oferece, ao mesmo tempo, uma alternativa ao alinhamento estadunidense por intermédio da ALBA-TCP, no sentido de um desenvolvimento solidário baseados nas experiências das missões bolivarianas ou do Mercosul, em projetos lastreados no (neo) nacional-desenvolvimentismo e nas várias iniciativas, de largo espectro, patrocinadas pela UNASUL.

No MERCOSUL, os venezuelanos procuram promover a integração energética e de transportes, desenvolver o interior pela exploração do potencial agrícola, da geração de energia pela construção de represas, que podem estimular outras atividades, fora a mineração. Outro ponto é a proteção ambiental, exploração sustentável e a defesa da Amazônia, combate ao narcotráfico, sem intervenção externa, seriam os principais pontos com o Brasil, seu ponto de ligação com os outros integrantes do bloco.

Na ALBA-TCP valendo-se dos recursos advindos do petróleo o objetivo venezuelano é se firmar como uma liderança sub-regional por intermédio da coligação de alguns pequenos países caribenhos, além de outros Estados como Bolívia, Equador Nicarágua e Cuba com quem possuem estreitos laços socioeconômicos e amplos acordos de cooperação. Com relação a isso, verifica-se uma manobra geoestratégica de formação e consolidação de um subbloco regional a fim de reduzir assimetrias e aumentar seu “cacife político” em relação ao Brasil, oferecendo ao parceiro caminhos para a associação desses países caribenhos e centro-americanos ao bloco sul-americano.

Em termos geoestratégicos, o país, juntamente com a Colômbia, sofre influência das dinâmicas de segurança do Caribe e da Região Amazônica, e em menor grau da América Central. Com um grande número de bases distribuídas na região, os Estados Unidos são o mais importante condicionador e formulador da segurança regional, já que o Canal do Panamá, o acesso ao petróleo do México e da própria Venezuela, que se constituem em dois dos seus principais fornecedores, é de alta importância econômica e estratégica.

Na América do Sul, os estadunidenses estão envolvidos diretamente na luta contra o narcotráfico e presente com bases na Colômbia e com autorização de utilização das instalações militares do Peru, Paraguai e Chile. O apoio estadunidense a tentativa golpe de Estado de 2002 provocou o afastamento do governo chavista. Tal fato provocou um movimento diplomático que fortaleceu as alianças com países latino-americanos governados pela esquerda, como Argentina, Brasil, Cuba, Nicarágua, Bolívia e Equador.

Tal postura está de acordo com a diretriz chavista de constituição e articulação de novos polos de poder geopolítico com uma visão alternativa aos padrões estadunidense e europeu, que almejam perpetuar as condições assimétricas. Ainda no

campo externo, Chávez se aproximou de rivais ou de inimigos dos Estados Unidos como o Irã, a Rússia e a China a fim de construir uma rede de apoios políticos para fazer frente a qualquer tipo de intervenção vinda dos norte-americanos, de seus aliados regionais e da oposição venezuelana.

Em 2006, o governo bolivariano estabeleceu como áreas de interesse geoestratégico os seguintes continentes e países:

Ásia: com prioridade para nas relações com a China, Vietnã e Malásia a fim de intensificar a integração econômica, a construção de um novo marco de comércio, aprofundar a atração de investimentos e a criação de fundos nacionais binacionais de investimento;

Europa: aproximação com os governos de Espanha e Portugal, consolidação das alianças com as forças sociais, partidos políticos e movimentos sociais;

África: contribuir para consolidar a presença africana na geopolítica mundial e incrementar as relações sul-sul;

América do Norte: intercâmbio com os movimentos sociais, fomentar o intercâmbio com personalidade e incrementar o apoio a setores excluídos (PLAN DE DESARROLLO ECONÓMICO Y SOCIAL DE LA NACIÓN, 2006).

Verificamos que as diretrizes geoestratégicas chavistas foram estabelecidas visando diversificar as relações internacionais venezuelanas, que antes priorizavam os Estados Unidos. O país priorizou a multipolaridade e a ampliação das parcerias, almejando a simetria nas relações políticas e econômicas globais. Além disso, almejou a cooperação multidimensional, a promoção da integração regional e a construção de um novo regime de segurança hemisférico multilateralizado, com ênfase no continente sul-americano.

As Forças Armadas

Os militares tiveram um papel proeminente durante as ditaduras entre 1948 e 1958. A Junta Revolucionária de Governo, liderada por Germán Suarez Flamerich

(1951-1952), construiu um campo de Concentração na ilha de Guanisa, no delta do Orionoco, onde foram presos, torturados e executados vários inimigos do regime. Em 1952, assumiu a presidência o General Marcos Pérez Jiménez, que implantou um governo nacionalista e fortemente anti-comunista, influenciado pela Doutrina de Segurança Nacional, contando com o estreito apoio estadunidense.

Durante a década de 1960, as Forças Armadas combateram grupo de guerrilheiros das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), criadas pelo Partido Comunista da Venezuela, e apoiados por Cuba. As FALN se organizam em várias frentes. Em 1963, surgiu a primeira segmentação da guerrilha com a criação da Frente Ezequiel Zamora, pelo Movimento de Esquerda Revolucionária. Em 1963, as FALN se dividiram e no ano seguinte surgiram as FALN do Partido Revolucionário Venezuelano, que continuaram operacionais até o fim dos anos 1970, quando então abandonaram a luta armada e aceitaram participar do jogo político. Já as FALN do PCV foram dissolvidas em 1965.

A Venezuela não participou dos combates nas grandes guerras mundiais, limitando-se, como a maior parte da América Latina, ao papel de fornecedor de matéria-prima e participar a guarda costeira. Durante o conflito, os venezuelanos sondaram os estadunidenses sobre a possibilidade de ocupar as colônias holandesas no seu entorno imediato, mas foram desencorajados.

No período da Guerra Fria, apesar do apoio político às intervenções norte-americanas, o país não participou das intervenções armadas e depois durante o governo Rómulo Betancourt (1959-1964) passou a condená-las bem como os regimes autoritários instalados. Tal fato não impediu que suas Forças Armadas fossem influentes na política interna e o governo se preocupasse em deixar suas forças militares bem equipadas e treinadas, devido como já mencionamos, à luta contra as guerrilhas comunistas quando ocorreram, a exemplo de outros países, excessos de ambos os lados.

As missões previstas para os militares na constituição eram as tradicionais e estavam voltadas para a defesa territorial, da soberania e da estabilidade sócio-política, naquele papel já tradicional das instituições armadas na América Latina, de serem utilizadas como instrumentos de repressão e/ou controle social e repressão aos grupos dissidentes internos a fim de garantir a “paz social”.

No âmbito continental, os venezuelanos seguiam as prescrições para a segurança hemisférica emanadas da Junta Interamericana de Defesa e dos outros órgãos da OEA, ou seja, existia um alinhamento, sem contestações, aos padrões de segurança multidimensional e defesa hemisférica estadunidense[6].

Em 1999, com a ascensão de Hugo Chávez ao poder, que manteria, dentro das normas constitucionais até sua morte em 2013, as Forças Armadas Venezuelanas passaram por grandes transformações nos aspectos doutrinários, estratégico, de material de emprego militar, profissional e ideológico.

Antes do governo Chávez, as Forças Armadas Venezuelanas se inspiravam e estavam organizadas segundo o modelo estadunidense definido para a América do Sul. Os Estados Unidos eram os principais fornecedores de equipamento de defesa, tinham uma forte influencia sobre a formulação da doutrina militar, na organização das Forças Armadas e no treinamento devido à presença de inúmeros assessores militares tanto na área técnica-operacional e no ensino, quanto na logística, mas a participação estadunidense no golpe de Estado para derrubá-lo mudou esse quadro, como já citado acima.

Em 2002, Chávez declarou que “La Fuerza Armada Nacional es chavista” deixando evidente o processo de politização e de doutrinação ideológica pelas quais passavam as estruturas militares do país. Além disso, tivemos reformulação estratégica que acompanhou o plano de modernização do material de uso militar. (SAN MIGUEL, 2011).

Igualmente, um percentual significativo dos militares venezuelanos assumiu a ideologia bolivariana e do socialismo do século XXI, difundidos por Chávez, além de se comprometer no cumprimento de suas atribuições constitucionais. Destacamos que o presidente Maduro ampliou a participação dos militares, já que tem atribuído a eles um amplo número de missões, ampliou o escopo de atuação das Forças Armadas e a própria influencia destes no governo.

Estas novas atribuições das Forças Armadas foram respaldadas na Constituição de 1999. A partir de então, as Forças Armadas, definidas como populares e anti-imperialistas, tiveram um papel mais ativo no desenvolvimento nacional e na implementação das políticas governamentais[7].

Ao longo do governo chavista foram realizadas reformas que reduziram em profundas modificações no arcabouço institucional. A estrutura militar foi reformulada por intermédio de uma série de leis que garantiram a presidência um amplo controle sobre as Forças Armadas, possibilitando a atribuição de novas missões e formas de emprego sem ter que receber qualquer tipo de autorização do Congresso.

Reserva Militar

Em 2007, o governo chavista aprovou o Plano de Desenvolvimento das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas para Defesa abrangente da Nação, no qual parte da percepção da existência de uma ameaça à segurança, ao desenvolvimento e ao Estado venezuelano vinda dos Estados Unidos e seus aliados, em termos não convencionais.

Com o objetivo de resistir a esta ameaça, Chávez determinou uma série de reformas no sistema de Reserva do Serviço Militar, que se estenderia ao longo de seis anos, a fim de transformá-la em um corpo de reservistas identificados com a revolução bolivariana e com capacidade de defender o regime em uma guerra de resistência popular, assimétrica[8] e de longa duração. As reformas teriam que seguir uma série de cinco eixos cada um deles com uma prioridade:

Eixo doutrinário: adaptar a doutrina militar, com o desenvolvimento do conceito estratégico de defesa militar integrada para lutar em um possível ambiente de guerra prolongada. A partir desse cenário, foi necessário melhorar as capacidades de defesa e do sistema de prontidão operacional das Forças Armadas e da Milícia Territorial;

Eixo Legal: criar e aprovar novas leis e adaptar as já existentes para fazer frente a essas novas ameaças e a concepção de Defesa Integral da Nação;

Eixo Diretivo: tornar mais eficiente o planejamento e a participação da Forças Armadas na manutenção da ordem interna e participação ativa em operações de planejamento de desenvolvimento nacional, planejar operações de desgaste sistemático do inimigo sistemática, considerando a possibilidade de uma invasão limitada e desenvolver planos para resistir em caso de ocupação do país;

Eixo Logístico: criar um sistema de apoio logístico territorial nas regiões estratégicas de defesa abrangente, em preparação para uma guerra de um ano de duração, que incluía as reservas de materiais e tecnologia de conservação materiais. É considerada vital

promover a indústria militar venezuelano, a aquisição de materiais e intercâmbio tecnológico com os países aliados.

Eixo Educacional: a reforma do sistema de ensino das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas e da Milícia Bolivariana, facilitando a resposta às novas ameaças.

Conclusão

As reformas introduzidas por Hugo Chávez ao longo de seu governo no sistema de defesa venezuelano fizeram dos militares parceiros do governo, transformando-os em um polo de poder e apoio ao regime, não que isso fosse uma novidade no país. A depuração e o alijamento dos quadros que não compartilham dos ideais bolivarianos tirou das Forças Armadas a possibilidade de ser uma instituição nacional acima dos governos e um elemento que pudesse contribuir para a estabilidade política e a unidade venezuelana em seus momentos de crise.

A transformação de todo o sistema de segurança e defesa venezuelano tem muito a ver com a percepção de ameaça vinda dos estadunidenses, aliados a oposição e a governos vizinhos considerados rivais, como a Colômbia, durante a gestão de Álvaro Uribe entre 2002-2010.

As compras de armamento, longe de provocar uma corrida armamentista regional, tiveram o objetivo de preparar a defesa nacional Venezuela para um combate convencional contra forças de poder semelhante que possam estar apoiadas por uma grande potência externa e no caso de uma invasão, uma guerra popular de resistência contra a força ocupante.

O governo de Nicolás Maduro tem recorrido aos militares para uma série de atividades fora da atividade fim, como o envolvimento direto na segurança pública, na implementação das políticas de governo, participação ativa em várias atividades sociais (na área de saúde, por exemplo). Além disso, existem vários militares e ex-militares em posições de destaque na burocracia estatal e na política. A oposição acusa o governo de militarização, pois o regime atual está empregando e empenhando as Forças Armadas em um nível superior ao empenhado por Chávez. Depois das eleições e com clima de

radicalização, a continuidade e a estabilidade do regime parecem cada vez do apoio dos militares.

Bibliografia

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers**. New York: Cambridge University Press, 2003.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**, 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2007.

BÉRGAMO, Luis Ricardo. **Venezuela torna-se a maior reserva de petróleo do mundo**. Disponível no site: <http://comunicacao.fflch.usp.br/node/1618>. Acessado em 22/03/2013.

CEPIK, Marco. **Segurança na América do Sul: traços estruturais e dinâmica conjuntural. Análise da Conjuntura OPSA** (nr 9, agosto de 2005). Disponível no sítio eletrônico: http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Seguranca%20na%20America%20do%20Sul.pdf. Acessado em 18/11/2009.

Colômbia e EUA assinam polêmico acordo para uso de bases militares. Folha de São Paulo. 30/10/2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u645506.shtml>. Acessado em 30/10/2009.

Colômbia assina acordo para uso de bases militares pelos EUA. BBC. 30/10/2009. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/10/091030_colombia_eua_pu.shtml. Acessado em 30/10/2009.

Declaration of Quito. **VI Conference of Ministers of Defense of the Americas, 2004, Quito**. Disponível no sítio eletrônico: <http://www.cdma2008.ca/pdf/Declaratioin%20of%20Quito.pdf>. Acessado 20/12/2012.

Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013. Disponível no sítio eletrônico: <http://elespacioacuaticovenezolano.com/2011/07/09/lineas-generales-del-plan-de-desarrollo-economico-y-social-de-la-nacion-2007-2013-parte-2/>. Acessado em 04/05/2013.

MONTEIRO, Luiz Otavio. **Mundorama**. Mentiras e verdades no rearmamento venezuelano. Disponível no sítio eletrônico: <http://mundorama.net/2011/09/23/mentiras-e-verdades-no-rearmamento-venezuelano-por-luiz-otavio-monteiro/>. Acessado em 20/04/2013.

PÁDUA, Adriana Suzart de. **Milícia Nacional Bolivariana: o povo em armas para a defesa e segurança da Venezuela** Disponível no sítio eletrônico: www.anpuhsp.org.br/.../ADRIANA%20SUZART%20DE%20PÁDUA.pdf. Acessado em 23/05/2013.

Notas:

[1] Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. Pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense, professor da Universidade Gama Filho e do Centro Universitário da Cidade. É membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense.

[2] Idem. 313-314

[3] Colômbia e EUA assinam polêmico acordo para uso de bases militares. Folha de São Paulo. 30/10/2009. Disponível no sítio eletrônico: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u645506.shtml>. Acessado em 30/10/2009.

[4] Colômbia assina acordo para uso de bases militares pelos EUA. BBC. 30/10/2009. Disponível no sítio eletrônico: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/10/091030_colombia_eua_pu.shtml. Acessado em 30/10/2009.

[5] Os EUA tem acesso e instalações no Aeroporto Internacional de Mariscal Estigarriba e se especula a construção de uma base própria na região do Chaco, no Paraguai. OHARA, Cláudio; PARO, Denise. “Paraguai discute a possibilidade de abrigar base norte-americana”. Gazeta do Povo. Mundo. 02/09/2012. Curitiba. Disponível no sítio eletrônico: <http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/conteudo.phtml?id=1293057&tit=Paraguai-discute-possibilidade-de-abrigar-base-militar-norte-americana>. Acessado em 15/03/2012.

[6] Declaration of Quito. VI Conference of Ministers of Defense of the Americas, 2004, Quito. Disponível no site eletrônico: <http://www.cdma2008.ca/pdf/Declaration%20of%20Quito.pdf>. Acessado 20/12/2012.

[7] Título VII, Artigo 328, da Constituição da República Bolivariana da Venezuela.

[8] Para um melhor entendimento sugiro a leitura do artigo do Gen Ex. Carlos Alberto Pinto de Souza intitulado Guerra Assimétrica: adaptação para o êxito militar. Disponível no site eletrônico: www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php. Acessado em 23/05/2013.